

RECURSO ESPECIAL Nº 1.787.598 - RS (2018/0336657-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
RECORRENTE : CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS SA
ADVOGADOS : CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA DA SILVA E OUTRO(S) - RJ115002
LÍSIA MORA RÊGO - RS066773
RECORRIDO : COTRIJAL COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL
ADVOGADOS : JULIANO LOPES GARCIA E OUTRO(S) - RS061820
JULIANA VANNI REALI - RS076053

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas a e c, da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4.^a Região, ementado nos seguintes termos:

PROCESSUAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO DE ENERGIA ELÉTRICA. LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO. DESNECESSIDADE. ARTS. 509, § 2º, E 524, § 1º, DO CPC.

1. No REsp 1.147.191 consignou, o STJ, que ‘não é a existência de impugnação, com alegação de excesso, que tornará ilíquida a obrigação, devendo-se perquirir a certeza a partir do comando sentencial de que resulta o pedido de cumprimento’. Em nenhum momento foi afirmada a necessidade de prévia liquidação nos casos de diferenças de empréstimo compulsório, sobretudo porque essa não era a matéria apreciada no recurso especial. Da mesma forma, não houve afirmação de que a apuração do valor devido, nesses feitos, demandaria perícia contábil ou se submeteria a arbitramento.

2. Os critérios de correção e de juros (moratórios e também, no caso do empréstimo compulsório, remuneratórios) são definidos pelo título executivo judicial e por normas legais, e as competências abrangidas pela execução são delimitadas por previsão legal de recolhimento do empréstimo compulsório. Os elementos para cálculo são conhecidos, portanto, provindo do título e de prova documental, essencialmente, e permitem a elaboração do ‘cálculo aritmético’ requerido pela legislação processual.

Não há, portanto, verdadeira iliquidez a ser solucionada.

2. O art. 509, inserido no capítulo do CPC que trata da liquidação de sentença, prevê que ‘quando a apuração do valor depender apenas de cálculo aritmético, o credor poderá promover, desde logo, o cumprimento da sentença’ (§ 2º).

Requerido o cumprimento de sentença, a alegação de excesso de execução (art. 525, § 1º, V, CPC/2015) ou de matérias como pagamento e prescrição (art. 525, § 1º, VII, CPC/2015) inaugura uma fase liquidatória no procedimento, a qual, longe de descaracterizá-lo, é prevista em sua

normatização. Nesses casos, o § 1º do art. 524 dispõe que 'para a verificação dos cálculos, o juiz poderá valer-se de contabilista do juízo'. É nesse sentido que deve ser compreendida a 'liquidação abreviada', que se processa como desenvolvimento natural no bojo do cumprimento de sentença (fl. 153).

Nas razões de recurso especial aponta a parte recorrente ofensa aos arts. 475-A, 475-B, § 3º, 543-C e 620 do Código de Processo Civil de 1973, sob o fundamento de que: "É da natureza das ações que visam correção monetária integral do ECE ter que liquidar a sentença" (fl. 196).

É o relatório.

Decido.

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do **Tema n. 380**, ao qual está vinculado o Recurso Especial Repetitivo n. 1.147.191/RS, firmou entendimento no sentido da necessidade de realização de prévia liquidação do *quantum debeatur* nas hipóteses em que se discute diferenças de correção monetária de empréstimo compulsório sobre a energia elétrica, nos termos do acórdão assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DIFERENÇA DE CORREÇÃO MONETÁRIA DE EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO. SENTENÇA ILÍQUIDA. INADMISSIBILIDADE DA COBRANÇA DA MULTA DO ART. 475-J DO CPC. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. A reforma do CPC conduzida por meio da Lei 11.232/05 objetivou imprimir ansiada e mesmo necessária celeridade ao processo executivo, no intuito de transformá-lo em um meio efetivo de realização do direito subjetivo lesado ou violado; nessa perspectiva, suprimiu-se a execução como uma ação distinta da ação precedente de conhecimento, para torná-la um incidente processual, abolindo-se a necessidade de novo processo e nova citação do devedor, tudo com o escopo de conferir a mais plena e completa efetividade à atividade jurisdicional, que, sem esse atributo de realização no mundo concreto, transformariam as sentença em peças de grande erudição jurídica, da maior expressão e préstimo, sem dúvida, mas sem ressonância no mundo real.

2. Para as sentenças condenatórias ao cumprimento de obrigação de pagamento de quantia em dinheiro ou na qual a obrigação possa assim ser convertida, o procedimento é o previsto no art. 475-J do CPC (art. 475-I do CPC). Neste último caso, a finalidade da multa imposta para o caso de não pagamento foi a de mitigar a apresentação de defesas e impugnações meramente protelatórias, incentivando a pronta satisfação do direito previamente reconhecido.

3. A liquidez da obrigação é pressuposto para o pedido de cumprimento de sentença; assim, apenas quando a obrigação for líquida pode ser cogitado, de imediato, o arbitramento da multa para o caso de não

pagamento. Se ainda não liquidada ou se para a apuração do quantum ao final devido forem indispensáveis cálculos mais elaborados, com perícia, como no caso concreto, o prévio acertamento do valor faz-se necessário, para, após, mediante intimação, cogitar-se da aplicação da referida multa.

4. No contexto das obrigações ilíquidas, pouco importa, ao meu ver, que tenha havido depósito da quantia que o devedor entendeu incontroversa ou a apresentação de garantias, porque, independentemente delas, a aplicação da multa sujeita-se à condicionante da liquidez da obrigação definida no título judicial.

5. A jurisprudência desta Corte tem consignado que, de ordinário, a discussão sobre a liquidez ou iliquidez do título judicial exequendo é incabível no âmbito dos recursos ditos excepcionais, quando for necessário o revolvimento aprofundado de aspectos fáticos-probatórios; nesses casos, deve-se partir da conclusão das instâncias ordinárias quanto a esse atributo da obrigação executada para fins de verificar o cabimento da multa (AgRg no AREsp. 333.184/PR, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe 17.09.2013 e AgRg no AREsp. 400.691/SC, Rel. Min. SIDNEI BENETI, DJe 03.12.2013); todavia, ao meu sentir, se essa avaliação probatória puder ser suprimida, e não raro é possível tirar a conclusão a partir do contexto do próprio acórdão impugnado, é possível e mesmo desejável a avaliação dessa circunstância por esta Corte, de modo a por fim à controvérsia.

6. O caso concreto refere-se à condenação ao pagamento de diferenças de correção monetária de empréstimo compulsório, tendo ficado assentado nas decisões precedentes a iliquidez do título judicial; a apuração do montante devido, nessas hipóteses, não prescinde de certa complexidade, dado o tempo passado desde cada contribuição, as alterações monetárias e a diversidade de índices de correção monetária aplicáveis ao período, tanto assim que tem sido necessária perícia contábil mais elaborada em inúmeros, senão em todos os casos, como se observa dos diversos processos submetidos à apreciação da Primeira Seção desta Corte; a sentença, nesses casos, não pode ser considerada líquida no sentido que lhe empresta o Código, como bem salientou o acórdão a quo, pois sequer existe um valor básico sobre o qual incidiriam os índices de correção monetária e demais acréscimos.

7. Assim, para efeitos do art. 543-C do CPC, fixa-se a seguinte tese: No caso de sentença ilíquida, para a imposição da multa prevista no art. 475-J do CPC, revela-se indispensável (i) a prévia liquidação da obrigação; e, após, o acertamento, (ii) a intimação do devedor, na figura do seu Advogado, para pagar o quantum ao final definido no prazo de 15 dias.

8. Ante o exposto, nego provimento ao Recurso Especial.

(Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 24/04/2015).

Ainda nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DIFERENÇA DE CORREÇÃO MONETÁRIA DE EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO. SENTENÇA ILÍQUIDA. CÁLCULOS COMPLEXOS. IMPRESCINDIBILIDADE DE LIQUIDAÇÃO DO JULGADO. ENTENDIMENTO FIRMADO EM REPETITIVO. RESP PARADIGMA 1.147.191/RS. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A Corte Especial do STJ, no julgamento do REsp 1.147.191/RS,

em hipótese que trata de cumprimento de sentença de título judicial decorrente de empréstimo compulsório de energia elétrica, firmou entendimento de que tais sentenças se submetem inafastavelmente à necessidade de liquidação do julgado, porque complexos os cálculos envolvidos. No mesmo sentido: AgInt no AREsp 948.302/SC, Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 17.2.2017.

2. O caso concreto refere-se à condenação ao pagamento de diferenças de correção monetária de empréstimo compulsório, tendo ficado clara a iliquidez do título judicial. Com efeito, a apuração do montante devido, nessas hipóteses, não prescinde de certa complexidade, dado o tempo passado desde cada contribuição, as alterações monetárias e a diversidade de índices de correção monetária aplicáveis ao período, tanto assim que tem sido necessária perícia contábil mais elaborada em inúmeros, senão em todos os casos, como se observa dos diversos processos submetidos à apreciação do STJ.

3. A sentença, nesses casos, não pode ser considerada líquida no sentido que lhe empresta o Código, como bem salientou o acórdão a quo, pois nem sequer existe valor básico sobre o qual incidiriam os índices de correção monetária e demais acréscimos. Assim, no caso de sentença ilíquida, revela-se indispensável a prévia liquidação da obrigação.

4. Recurso Especial provido.

(REsp 1659026/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/05/2017, DJe 16/06/2017)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE O CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. SENTENÇA ILÍQUIDA. INADMISSIBILIDADE DA COBRANÇA DA MULTA DO ART. 475-J DO CPC.

1. A Corte Especial do STJ, no julgamento do REsp 1.147.191/RS, em hipótese que trata exatamente de cumprimento de sentença de título judicial decorrente de empréstimo compulsório de energia elétrica, firmou entendimento de que tais sentenças se submetem inafastavelmente à necessidade de liquidação do julgado, porquanto complexos os cálculos envolvidos.

2. Após o trânsito em julgado do incidente de liquidação - momento em que efetivamente quantificado o valor devido (quantum debeatur) -, a inércia do devedor, devidamente intimado na pessoa do seu advogado, em efetuar o pagamento voluntário no prazo legal - 15 dias - enseja a aplicação da multa punitiva prevista no art. 475-J do CPC.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 833.803/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 14/03/2016).

Nessa linha, o acórdão recorrido encontra-se em desconformidade com o entendimento firmado no âmbito desta Corte.

Ante o exposto, **dou provimento ao recurso especial a fim de determinar a conversão do cumprimento de sentença em liquidação por arbitramento.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

